

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INGRID MARQUES MUNIZ

BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO E AS AÇÕES
SOCIAIS

RIO DE JANEIRO

2014

INGRID MARQUES MUNIZ

BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO E AS AÇÕES
SOCIAIS

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dra. Geni Chaves Fernandes

Rio de Janeiro
2014

INGRID MARQUES MUNIZ

BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO E AS AÇÕES
SOCIAIS

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia

Aprovada em

de 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (orientadora – UNIRIO)

Profa. Dra. Suzete Moeda Mattos (UNIRIO)

Prof. Dr. Alberto Calil Júnior (UNIRIO)

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor e compreensão dispensados, pelo apoio nos momentos difíceis e por acreditar em mim. Em especial, aos meus pais, que sonharam junto comigo e lutaram sempre ao meu lado, para a concretização dessa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio e pela honra de fazer parte de seus propósitos. Pela sabedoria e humildade que me permitiram viver o que jamais imaginei ser possível viver. Pela força nos momentos de extrema adversidade, pelo amor nos momentos de solidão profunda. Pela paz nos momentos de caos e pela paciência me possibilitou chegar até aqui. Pela graça, pela Sua infinita misericórdia, por dar-me serenidade para enxergar minhas limitações e superá-las, força para vencer os obstáculos, garra para lutar pelos meus ideais e brandura para tornar os inúmeros obstáculos da minha vida em impulso gigantesco para voar acima das nuvens.

A minha mãe pela vida e que a partir dos meus quatro anos teve a difícil tarefa de ser meu pai. Minha amiga fiel, minha líder, minha fonte, minha enciclopédia de saberes. Obrigada por toda sua dedicação, carinho, atenção, zelo, ensinamentos e princípios que foram fundamentais para minha formação e que hoje me permitem ser uma pessoa especial para todos à minha volta.

Agradeço a todos aqueles que disseram que eu não seria capaz de conseguir e aqueles que me deram força para eu seguir em frente, meus amigos. Agradeço a todos os meus amigos da Comlurb, ao professor Marcos Miranda que, no início do curso, quando passei maus bocados, me emprestou dinheiro para que eu conseguisse chegar à universidade; a professora e minha orientadora Geni, que me deu uma força no início, também à professora Maria Tereza Reis Mendes que me ensinou a catalogar; àqueles que me humilharam, aos que por eu ter minha condição sexual me condenaram, aos pobres de espírito, a todos esses que fizeram com que eu enxergasse que eu sou capaz de tudo e de obter minha vitória de pé.

Agradeço a minha religião que é o espiritismo, agradeço a minha ex companheira que quando me via chorar secava minhas lágrimas, que me dava força nas minhas conquistas e nas minhas frustrações. Aos meus irmãos Carlos, Patrícia e Surama, aos sobrinhos queridos Max Well, Natalia, Brenda e Vitoria. E principalmente à vida, que apesar dos tropeços dos trancos e barrancos, me fez ver que sou uma grande mulher e vitoriosa inteligente e capaz de tudo que ela, a vida, pode me dar, basta eu querer, e eu quero.

É a delinquência de cima, exemplo escandaloso, fonte de miséria e princípio de revolta para os pobres.(Michel Foucault)

RESUMO

Bibliotecas prisionais podem ter um relevante papel tanto no processo de ressocialização dos detentos quanto fornecer meios para amenizar, de modo produtivo, a vida dos presidiários. No Brasil, a bem da legislação, as precárias condições do sistema prisional não abrem espaço adequado para tais bibliotecas. As difíceis possibilidades de recuperação dos detentos encontram alguma explicação na concepção desenvolvida por Foucault no livro “Vigiar e punir”, onde o sistema prisional moderno é visto como um modo de controle e de produção do criminoso. Por outro lado, Erving Goffman, em “Manicômios, prisões e conventos” em um trabalho etnográfico, apresenta as práticas chamadas de adaptações secundárias como um modo para suportar a vida em instituições totais e que, no caso deste trabalho, abre as possibilidades de um trabalho bibliotecário nestas penitenciárias. Considerando todo o contexto que envolve o sistema penitenciário carioca e suas deficiências, trata-se de apontar as ações sociais de sucesso em presídios, que aparecem como aberturas para a leitura, sejam ações religiosas, culturais ou educacionais. Consideradas as condições atuais dos presídios, uma prática biblioteconômica isolada tem poucas chances de ser efetivas, mas a articulação a estas ações parecem indicar um caminho para trabalho biblioteconômico profissional que produza efeitos positivos.

Palavras-chave: Ações sociais em presídios; Bibliotecas Prisionais; Ressocialização.

ABSTRACT

Prison libraries can play an important role in the process of prisoners rehabilitation and provide means to mitigate, in a productive way, their lives. In Brazil, even the legislation forecast, the poor conditions of the prison system are not suitable to open space to such libraries. The difficult possibilities to recuperate prisoners find some explanation on the conception developed by Foucault in his book "Discipline and Punish", where the modern prison system is seen as a way to control and to product the criminal. Moreover, Erving Goffman, in "Mental hospitals, prisons and convents" in an ethnographic work presents the practices called <secondary adaptations> as a way to support life in total institutions and, in the case of this work, opens up the possibilities of a library work in these prisons. Considering the whole context in which Brazilian prison system, especially in Rio, and its shortcomings, it is to point out the social actions of success in prisons, which appear as openings for reading, whether religious, cultural or educational activities. Considering the current conditions of the prisons a library practice alone is unlikely to be effective, but its articulation with these actions seem to indicate a path to librarian professional work that produces positive effects.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados estatísticos dos presídios brasileiros / Direitos Humanos23

Quadro 2: Dados estatísticos dos presídios brasileiros / Direitos Humanos25

Quadro 3: Dados estatísticos dos presídios cariocas / Direitos Humanos31

SUMÁRIO

1 SISTEMA PRISIONAIS	10
1.1 Objetivos	10
1.2 Metodologia.....	11
2 FUNDAMENTOS TEORICOS	13
2.1 Bibliotecas e suas estruturações.....	15
2.2 Questões sobre o sistema prisional	16
3 AS ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL NO OCIDENTE E NO BRASIL	19
4 REALIDADE DOS PRESIDIOS BRASILEIRO NO SÉCULO XXI	21
5 CONDIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO RIO DE JA- NEIRO	27
6 A REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO CONTEXTO BRASI- LEIRO	32
7 ACÕES SOCIAIS EM PRESÍDIOS E A LEITURA	37
7.1 O poder transformador da leitura para o detento	39
7.2 Assistência religiosa em presídios e seu estímulo à leitura.....	41
7.3 Projetos Culturais e Educacionais a Leitu- ra.....	42
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERENCIAS	50

1 SISTEMA PRISIONAIS

O sistema prisional moderno apresenta várias frustrações originadas de uma ideia histórica que pressupõe que o detento possa ser reinserido na sociedade por meio de correções que podem ser entendidas como uma educação prisional. Ocorre que, mesmo com a criação e divulgação de políticas públicas de reinserção do condenado na sociedade o sistema deixou muito rapidamente de ser algo do interesse público, ou mesmo um investimento político, para tornar-se uma verdadeira “batata quente” nas mãos do Estado.

Geralmente quando se fala em sistema prisional no Brasil a visão da sociedade não é nada otimista e está distante de ser coerente. O senso comum concorda que quem comete crimes deve ser punido com o encarceramento. Teoricamente, essa privação da liberdade deveria servir, na maioria das vezes, para que esse preso pudesse ser ressocializado, através da educação e de programas que envolvessem esse objetivo principal. Apesar dessas duas crenças, observa-se que, na prática, tudo ocorre de maneira bem diferente.

Por esse motivo, essa pesquisa justifica-se pela tentativa de mostrar possibilidades por meio de velhas conhecidas nossas: as bibliotecas. Parte-se do suposto que através do incentivo a leitura, da educação e de preparação de pessoal e programas especializados para esse tipo de público pode-se de fato obter alguma evolução no que diz respeito às atividades e comportamento da população carcerária no contexto brasileiro, como será tratado neste trabalho. Também se supõe que o incentivo à leitura é facilitado quando articulado a alguma prática, como uma espécie de decorrência de se querer saber mais sobre as práticas em que se está inserido, seja cultural, laboral, religiosa etc. e de buscar meios para aprimorá-la.

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta monografia é investigar se movimentos sociais nos presídios brasileiros, como os de cunhos educacionais, profissionais, religiosos, esportivos e culturais favorecem à demanda por leitura por parte dos presos. Como objetivos específicos quer-se saber:

- a) Em que condições favorecedoras ou impeditivas da leitura se encontra

hoje a população carcerária, com maior ênfase no caso do estado do Rio de Janeiro;

- b) Quais as condições reais para instalação aí de bibliotecas prisionais.

1.2 Metodologia

A metodologia trata do marco teórico adotado e do método para as investigações propostas nos objetivos. O marco teórico tem por alicerces o trabalho de Michel Foucault, em “Vigiar e punir”, especialmente quando apresenta o modo de funcionamento dos presídios na modernidade como lugares de controle e fabricação de criminosos. Neste sentido, este trabalho pretende não trabalhar ingenuamente a questão da leitura, mas como uma das possibilidades de enfrentamento desta fabricação. Também se trabalhará com Erving Goffman, a partir de suas propostas sobre os ajustamentos secundários, apresentados no livro “Manicômios, prisões e conventos”, considerando a facilitação à leitura que pode ser obtida através de tipo de ajustamento.

Em vista de mapear dados sobre os presídios brasileiros e sobre a atuação de movimentos educacionais, religiosos e culturais dentro dos presídios e seus estímulos à leitura optou-se, dada a raridade de relatos no âmbito da Biblioteconomia, abranger outras áreas de conhecimento, incluindo trabalhos com resultados de pesquisa de campo ou de experiências em presídios brasileiros nas áreas de ciências sociais e humanas.

A biblioteca pode ser um instrumento que se contrapõe ao processo de fabricação de delinquentes, especialmente se estiver associada a ações sociais solidárias que tenham em vista abrir novos horizontes, para além das classificações criminosas. Uma vez que o acesso à informação e à literatura são relevantes nos processos que permitirão sua reintegração social, considera-se que estes estímulos são mais fortes quando a leitura está associada a uma outra atividade.

Uma das maiores frustrações para quem faz pesquisa nessa área relacionada à bibliotecas prisionais é a quantidade de artigos que falam de cidadania e reinserção do condenado na sociedade, levando os pesquisadores a acreditar que a política pública para esses casos funciona, mais, quem faz uma pesquisa mais a fundo do assunto irá descobrir que os relatos que dizem ser baseados no que é proposto pelo Estado estão longe da realidade dos acontecimentos intramuros.

Assim, este trabalho utiliza a pesquisa bibliográfica como metodologia para tratar dos assuntos pertinentes ao tema, baseando-se em autores que se dispuseram a falar da realidade prisional brasileira e das possibilidades de melhora, não sem antes tratar do assunto historicamente, buscando entender o conceito de prisão, punição e reinserção desde a sua origem. Além da indicação de demandas de leitura desencadeadas por movimentos sociais, serão examinados autores da literatura acadêmica recente, no âmbito brasileiro. Uma vez que a literatura brasileira sobre biblioteconomia exercida nos presídios é escassa, recorrer-se-á também à literatura de outros campos de conhecimento.

Dessa forma, no capítulo 1 deste trabalho serão discutidas as principais questões relacionadas aos sistemas prisionais, desde as suas origens, definições e teorias principais, chegando a tratar de novas práticas possíveis e para as bibliotecas prisionais e atividades associadas para que, no capítulo 2, possamos abordar a realidade dos presídios brasileiros e, especificamente, dos principais presídios do Rio de Janeiro, foco desta pesquisa. No capítulo 3, a pesquisa chega ao seu centro, as bibliotecas no sistema prisional brasileiro, falando sobre vários aspectos que afetam a efetividade dessas instituições e suas chances de colaboração no sistema prisional.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Foucault (1987, p.13) analisa a penalidade moderna do aprisionamento como tendo uma função: “A certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro.” Isto porque os costumes morais da sociedade tomaram outro rumo. A sociedade começou a ficar intolerante para o aspecto “punir” com degradação do ser humano, mesmo que ele fosse um condenado pela justiça. Conforme complementa ainda o autor, na página seguinte: “A punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo que pudesse implicar em espetáculo, desde então, terá um cunho negativo”

A ideia de punição, pelo processo de reclusão, funda-se na tradição da igreja de que o isolamento seria um lugar de reencontro com Deus e consigo mesmo, daí marca a ideia de um processo de reeducar, alfabetizar, reabilitar, ressocializar o indivíduo. Descrevendo as ações nesse processo, Foucault (1987, p. 14) considera que: “Não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, neutralizar a sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações.”

A visão de Foucault já não era tão otimista assim, permeando a ideia de que os presídios tinham a função de controle dos criminosos e não sua recuperação. No pensamento de Olavo Bilac, “[...] não iria ter conserto o que nasceu torto e quebrado” (1902, p. 518 apud SANT’ANNA, 2011, p.8). Da ideia de controle dos criminosos ao atual estado de caos nas prisões não se vê uma mudança radical, pela estrutura na qual originava-se, que era contaminada e só iria se tornar uma fossa aberta exalando seu odor para toda a sociedade do período moderno.

A crítica das prisões e dos seus métodos aparece muito cedo e se fixa num certo numero de formulações. Foucault (1987) apontava o conjunto de críticas à estrutura prisional concebida que não diminuiria a taxa de criminalidade. A detenção provoca a reincidência criminal; a prisão não pode deixar de fabricar delinquentes, favorecendo à sua organização, solidários uns para os outros, hierarquizados, pronto para todas as cumplicidades futuras em facções criminosas.

Segundo Foucault (1987, p. 254), as críticas incidiram sempre na noção de correção da prisão, nos seus termos: “Ao querer ser corretiva, ela perde sua força de punição [...] Então, o que teria feito tal sistema permanecer até hoje? [...] Para que serve o fracasso da prisão?” Fazendo considerações acerca do uso destes crimino-

sos por parte de interesses de poderosos, Foucault aponta seu uso direto ou indireto em vista de manter interesses. O sistema prisional não corrigiria delinquentes, antes os fabricaria. Enquanto fabricados, os delinquentes seriam, para Foucault, objeto de controle de interesses poderosos (políticos, econômicos etc.) Mais perto dos dias atuais considera que:

Os tráficos de armas, ou de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da 'delinquência útil'; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Este é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades (FOUCAULT, 1987, p. 265).

Neste sentido pode-se entender que a crítica de Foucault incide sobre o sistema prisional. Este não trataria, conforme sua configuração, de recuperar delinquentes, mas, antes, de fabricá-los controladamente. É claro que se pode perguntar se o acesso à informação e ao conhecimento não seriam modos de contrapor a estes efeitos do sistema prisional apontados por Foucault.

É neste sentido que o trabalho de Goffman serve-nos também de base teórica. Não se trata de retirar o sentido de fabricação de criminosos apontado por Foucault, mas de encontrar as práticas que constituem-se como brechas de desvio desta fabricação, onde se pode incluir a leitura.

Erving Goffman (2001) em sua obra "Manicômios, Prisões e Conventos", expõe a ideia de instituições totais com o enfoque nos aspectos característicos de prisões, que ele define com a ideia de "fechamento" desses estabelecimentos, onde os indivíduos vivem em regime fechado, com normas estabelecidas por um sistema, cuja atividade principal não é a orientação periódica, mais sim a vigilância. Segundo o autor, considerando a influência das instituições que obrigam a uma mudança não só de contexto como de sentidos, a reorganização torna-se uma necessidade e o internado começa a desenvolver sua adequação ao sistema.

As "táticas de adaptação" podem ser definidas como respostas diretas do interno às regras estabelecidas. Elas podem ocorrer tanto a partir de ajustamentos primários quanto de secundários e ainda da coexistência dos dois em momentos diferentes no período de internação. Goffman (2001) classifica esses comportamentos como um mecanismo de "afastamento da situação", conforme descreve:

Esses mecanismos de mortificação do eu e de reorganização pessoal geram um ambiente cultural que causa no internado a sensação de fracasso, um sentimento de que o tempo de internação é perdido, mas que precisa ser cumprido e esquecido e uma angústia diante da ideia de retorno à sociedade externa. Essa angústia decorre do “status proativo” - o internado se vê diante de uma nova posição social que é diversa da anterior que, por sua vez, não será a mesma quando sair da instituição, e do “descultramento” - o internado se vê diante da impossibilidade de adquirir os hábitos atuais que a sociedade passará a exigir. (GOFFMAN, 2001, p. 74)

Nesse contexto, de acordo com Goffman (2001), podem ocorrer de duas formas de adequação, definidas pelo autor como “ajustamentos primários”, quando estes contribuem cooperando com as práticas estabelecidas pela instituição; ou pelos “ajustamentos secundários”, quando os internos utilizam formas ilícitas ou artifícios em ações permitidas, para conseguirem satisfazer necessidades proibidas, fugindo do que o sistema estipula e espera que deva fazer como comportamento padrão. Considerando as adaptações secundárias de ações permitidas, elas permitiriam ao encarcerado usufruir de pequenas benesses (comer melhor se trabalha na cozinha, deixar em um colchão se faz a limpeza etc.) que tornam sua “adaptação” ao sistema mais suportável.

Neste sentido a leitura proporcionada por acesso à biblioteca pode-se configurar como um tipo de adaptação secundária, mas cujos efeitos podem ir além da benesse dos instantes de leitura. Tendo em vista a ideia de um projeto que, na teoria, seria de transformar indivíduos detidos, de diferentes tipos de periculosidade, através de um processo estimulador da leitura e para o aumento intelectual humano, configura-se a importância de uma biblioteca no âmbito do sistema prisional. A biblioteca é um espaço para uma viagem imaginária onde o indivíduo pode, por alguns instantes, esquecer tudo e mover-se por um estímulo maior, que é o de envolver-se no conto dos livros, mas que estimula o seu intelecto e pode lhe abrir conhecimentos e novas perspectivas.

2.1 Biblioteca e suas estruturas

Bibliotecas, em geral, são equipamentos estruturados e mantidos por instituições com finalidades informativas, consultivas, educacionais, de lazer etc. Portanto, quaisquer análises sobre as bibliotecas não pode prescindir do atendimento aos objetivos da instituição que a abriga e do conhecimento e interesses da comunidade a qual atende. Sendo o sistema prisional contemporâneo regido pelo Estado, mesmo quando se trate

presídios mantidos por organização privada, entende-se que qualquer abordagem de bibliotecas prisionais implique em identificar os interesses do Estado para mantê-las, de um lado, e das condições e demandas da comunidade carcerária, de outro.

O sistema prisional é concebido como lugar que conjuga a privação da liberdade (punição ou defesa da sociedade, dependendo da abordagem) com processos que possibilite a reinserção¹ daquele que pagou sua pena na sociedade, incluindo-se neste processo o acesso ao conhecimento e à informação que podem ser, em boa parcela, providos por uma biblioteca. Mas nem sempre a concepção da lida com criminosos foi esta, de modo que se pode contar uma história das prisões, suas finalidades e concepções, sendo apenas na sua concepção moderna, a partir do século XVIII, que aí se pode pensar em contar com uma biblioteca.

Nesse capítulo os temas tratados buscam mostrar aspectos dos sistemas prisionais, sua história e particularidades, mostrando de forma genérica seu funcionamento no Ocidente. Segue-se um breve relato acerca da construção do sistema prisional no Brasil e a descrição das condições atuais de alguns presídios no estado do Rio de Janeiro mais especificamente, para ter o contexto necessário para o entendimento do assunto principal deste trabalho: suas possibilidades de abrigarem bibliotecas prisionais.

2.2 Questões sobre o sistema prisional

O sistema prisional moderno apresenta frustrações bastante antigas que pressupõem que o detento possa ser reinserido na sociedade por meio de controle e metodologias pedagógicas. Política pública de reinserção de condenado na sociedade, mas que deixa rapidamente de ser um interesse público, ou investimento do ponto de vista político, para ser uma grande “batata quente” na mão do Estado. Olavo Bilac (1902, p. 518 apud SANT’ANNA, 2011, p.8) teve uma visão futurista, abordando esse tema de política pública prisional:

Que vai fazer agora o governo? Vai demitir o administrador da Casa de Detenção? Daqui a pouco será obrigado a demitir o cidadão que substituir, e as coisas continuarão no mesmo pé - porque a causa dos abusos não reside na incapacidade de um funcionário, mas um vício essencial do sistema, num defeito orgânico do aparelho penitenciário. E não há conserto o que já nasceu torto e quebrado.

¹ Observe-se que para Foucault esta dupla função é problemática.

Observando as ideias de Olavo Bilac para a questão de políticas públicas no meio prisional, considerando que o torto não se conserta, podemos perguntar se ainda hoje não permanece essa ideia na sociedade, o que implicaria que uma biblioteca prisional seria um gasto inútil, ao menos dentro de um sistema que aparece como não tendo jeito. Este aspecto necessita atenções que recoloquem as finalidades e relevância deste sistema para a sociedade, fazendo então que o imaginário desta possa ser modificado, especialmente com a apresentação de alternativas desse sistema que, nos dias atuais, não funcionam muito bem.

A visão cotidiana do brasileiro quanto ao tema prisão e presídio não parece otimista. Aí se abrem as especulações: por quê? Maia et al (2009) na introdução do livro “Historia das prisões no Brasil”, abordam a questão histórica da punição e do encarceramento brasileiro, contribuindo para a compreensão daquilo que persiste em constranger a sociedade. Quem plantou a ideia inicial de reforma do preso para que a sociedade acreditasse nisso? Essa ideia se estabeleceu no Iluminismo, quando se considerou que o ato de punir, enquanto privação da **liberdade**, valor moderno, e o combate à injustiça (causa dos males e dos vícios), como formas eficazes de defesa da sociedade contra os malfeitores. Colocando-os em isolamento, o afastamento desses condenados também evitaria o contágio da maldade para o resto da sociedade. Adicionava-se a isso o controle e métodos pedagógicos para controlar e consertar os presos.

Mas ao processo de reintegração de um indivíduo condenado não basta só a ação do Estado, mas de uma avaliação positiva desta ação por parte da sociedade. A sociedade se mostra aberta às especulações, questionando se o dinheiro público está sendo bem dividido ou se valerá a pena investir em reintegração de presos. No Brasil, a violência e a impunidade, conforme apresentadas pela mídia, em rede aberta ou fechada, não parece contribuir para uma percepção positiva dos resultados do processo de aprisionamento.

Pode-se em geral supor que para eles tanto faz o destino dos condenados, já que são considerados como um peso que deveria ser extinto ou banido. Analisando essa visão, vemos que as suposições do Iluminismo do século XVIII parecem estar abaladas quando se trata de pensar na recuperação dos presos. De acordo com Aguirre (2009), a concepção da condução do criminoso, antes do século XVIII, era que o indivíduo deveria pagar com sofrimento. Após o Iluminismo muda-se a compreensão do binômio delito/castigo. Uma teoria de penas liberalista que parte do su-

posto que o “certo” e o “errado” são categoria naturais, inerentes ao ser humano, portanto a que todos estão sujeitos e que a correção é possível.

Foi Michel Foucault (1987) que analisando o final do século XVIII e o início do século XIX enxergou aí o embrião dos mecanismos de controle que permeavam toda a sociedade, a sociedade de vigilância. Neste contexto, o presídio, como metáfora da sociedade moderna, estaria permeado pela ideia de um controle que deve ser internalizado pelo preso, em vista de seu autocontrole. Aí os aspectos educacionais na prisão devem atuar como um mecanismo modificador do espírito.

Pensando nos dias de hoje, nem o pedagogo atuante nos projetos penitenciários, nem os bibliotecários que atuam informalmente nas bibliotecas dos presídios têm o papel de missionários salvadores. Entretanto, suas ações podem ser alternativas para que detentos tenham brechas para, por si, alterar sua capacidade de intelecto, e aí se tem a ideia de uma abertura para a vida destes indivíduos. Sua reintegração social, entretanto, também depende da percepção que se tem dos presídios e do que proporcionam (ou fabricam).

3 A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL NO OCIDENTE E NO BRASIL

Para Aguirre (2009), o século XVIII assistiu à revolução de todo o sistema punitivo ocidental. Em menos de um século, penas como sofrimento físico e meios para morte variados (linchamento, pena de morte, açoite, guilhotina etc.) foram substituídos pela “penitência”. O ato de punir, uma decisão que cabia ao soberano no período monárquico, passaria ser uma decisão ditada pelo poder judicial, conforme concebido pela sociedade, que inclui os direitos humanos do réu.

No Brasil foi criada a primeira casa de correção da América Latina, a Casa de Correção do Rio de Janeiro, cuja construção iniciou-se em 1834, tendo sido concluída em 1850. A ideia inicial era a de projeto tipo barco Titanic, nunca iria “naufragar”. A ideia era de unificação do sistema penitenciário, tornando-se assim um único sistema penal, “moderno”. De acordo com Aguirre (2009, p.48): “A superlotação malogrrou o experimento reformista desde o começo e a mistura de detentos de diferentes idades, condições legais, grau de periculosidade e, inclusive, sexo transformou-se em uma prática comum”.

Rolim (2000), no relatório da II Caravana Nacional de direitos Humanos, estudo que buscou selecionar dados que pudessem dar a ver a realidade do sistema prisional no Brasil em vista de se tomar providências na garantia dos direitos da comunidade carcerária. Ao falar especificamente sobre o olhar da sociedade sobre os encarcerados, Rolim identifica, como Foucault, o sistema prisional como fabricante da delinquência, mas também abre a possibilidade das ações que efetivamente redundem em recuperação.

De outra parte, há os que, diante do horror construído pelo fenômeno moderno da privação da liberdade, encontram sua própria identidade e se reconhecem humanamente no sofrimento de internos e condenados. Não se trata, por óbvio, de uma escolha, mas de uma imposição ditada por um determinado senso moral. A solidariedade é uma conduta tanto mais urgente e evidente quanto maiores forem as privações e a dor dos seres humanos que, quando conhecidas, passam a ser compartilhadas por nós. A solidariedade devida aos encarcerados, entretanto, é rarefeita em sociedades como a nossa e é superada largamente pela indiferença, quando não pela noção medieval de vingança. Naturalmente, o senso comum produz a redução de todos os seres humanos que cumprem a pena privativa de liberdade à condição de “delinqüentes” ou, como prefere a cultura policial no Brasil, à classificação de “vagabundos”. Não há, entretanto, qualquer ontologia do crime ou uma “essência” a definir o “criminoso”. As pessoas que se encontram encarceradas possuem entre si pouco em comum, além do fato de serem invariavelmente pobres, jovens e semi-alfabetizadas. O que as distingue não é, comumente, nem mais nem menos do que aquilo que nos faz dife-

rentes. Nesse sentido, a instituição prisional é produtora de uma identidade criminosa, além de ser, concretamente, um dos fatores criminogênicos mais importantes. O fato é que as chamadas "instituições totais" organizam de tal forma as privações e distribuem com tanta radicalidade o mal que, imediatamente, nos vemos confrontados em nossa condição humana pela própria desumanidade da instituição. (ROLIM, 2000, p.13)

Mesmo depois de tanto tempo, nos dias atuais, os problemas ainda são os mesmos. Os grandes presídios continuam no mesmo caos. Desmando e superlotação nos presídios, os direitos humanos não parecem funcionar, os detentos são tratados como animais em meio ao lixo, esgoto ao céu aberto, comida que muitas das vezes está estragada, são só alguns dos problemas que persistem.

4 REALIDADE DOS PRESÍDIOS BRASILEIROS NO SÉCULO XXI

A Caravana Nacional de Direitos Humanos, que teve como objetivo principal a comprovação da realidade prisional brasileira, esteve em 6 estados: Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Ao todo, entre presídios, penitenciárias e delegacias, foram 17 instituições visitadas. O trabalho reuniu dados sobre cerca de 15 mil presos. O grupo foi formado por jornalistas, médicos, militantes dos direitos humanos e todas as visitas foram feitas sem nenhum aviso para que pudessem ser flagradas quaisquer irregularidades.

De acordo com Rolim (2000), vários autores relatam que a criminalidade é resultado de uma sociedade em crise e desordenada. Na medida em que o Estado não consegue suprir certas carências básicas, uma população de excluídos se forma, gerando graves desequilíbrios com consequências previsíveis e desastrosas. O autor, no Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos, faz com que possamos ter uma ideia bastante realista da situação atual do sistema prisional brasileiro. Esse relatório traz importantes dados que remetem aos direitos humanos dos presos, como podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 1 – Dados estatísticos dos presídios brasileiros / Direitos Humanos

	CADEIA PÚB. DE MARACANAÚ (CE)	INST. PENAL FEM. AURI MOURA COSTA (CE)	PRESÍDIO PROF. BARRETO CAMPELO (PE)	PRESÍDIO PROF. ANÍBAL BRUNO (PE)	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SÃO PAULO
Capacidade	20	50	370	524	1.250
Lotação	74	112	1.032	2.988	2.400
Revista íntima	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Violação de correspondência	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Trabalho prisional	INEXISTENTE	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO	SIM
Atenção à saúde	INEXISTENTE	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO
Educação dos presos	INEXISTENTE	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO
Assistência jurídica	INEXISTENTE	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO	PRECÁRIO
Acesso ao pátio	DIARIAMENTE	SIM	SIM	–	SIM
Visitas	SIM	SIM	SIM	SIM	–
Visita íntima	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Comida	RUIM	BOA	RUIM	RUIM	–
Estrutura dupla de alimenta-					SIM

	CADEIA PÚB. DE MARACANAÚ (CE)	INST. PENAL FEM. AURI MOURA COSTA (CE)	PRESÍDIO PROF. BARRETO CAMPELO (PE)	PRESÍDIO PROF. ANÍBAL BRUNO (PE)	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SÃO PAULO
ção p/ func.	SIM	NÃO	SIM	SIM	
Acesso aos meios de comunicação	RESTRITO	SIM	SIM	SIM	SIM
Cela de isolamento	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Denúncias de espancamento	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Denúncias de corrupção	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Armas no interior do presídio	NÃO	NÃO	SIM	SIM	

Fonte: Rolim (2000)

Quadro 2 – Dados estatísticos dos presídios brasileiros / Direitos Humanos

	PENITENCIÁRIA / SP PRESÍDIO DE MULHERES	PENITENCIÁRIA ES- TADUAL DO JACUÍ (RS)	PRESÍDIO CENTRAL (RS)	PRESÍDIO CENTRAL DE PIRAQUARA (PR)
Capacidade	256	1.109	600	550
Lotação	456	1.241	2.100	1.450
Revista íntima	SIM	SIM	SIM	SIM
Violação de correspondência	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Trabalho prisional	SIM	SIM	PRECÁRIO	PRECÁRIO
Atenção à saúde	PRECÁRIA	PRECÁRIA	PRECÁRIO	PRECÁRIA
Educação dos presos	PRECÁRIA	PRECÁRIA	PRECÁRIO	NÃO
Assistência jurídica	INEXISTENTE	INEXISTENTE	PRECÁRIO	INEXISTENTE
Acesso ao pátio	SIM	SIM	SIM	SIM
Visitas	RESTRITAS	SIM	SIM	SIM
Visita íntima	NÃO	SIM	SIM	SIM

	PENITENCIÁRIA / SP PRESÍDIO DE MULHERES	PENITENCIÁRIA ES- TADUAL DO JACUÍ (RS)	PRESÍDIO CENTRAL (RS)	PRESÍDIO CENTRAL DE PIRAQUARA (PR)
Comida	BOA	RUIM	RUIM	RAZOÁVEL
Estrutura dupla de alimenta- ção p/ func.	NÃO	SIM	SIM	SIM
Acesso aos meios de comu- nicação	SIM	SIM	SIM	SIM
Cela de isolamento	–	–	SIM	SIM
Denúncias de espancamento	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Denúncias de corrupção	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Armas no interior do presídio				

Fonte: Rolim(2000)

(2000)

Após a coleta dos dados expostos nesta pesquisa, Rolim (2000) conclui que ainda é necessário um levantamento mais amplo quanto às condições dos presídios brasileiros. As regiões norte e centro-oeste, por exemplo, não chegaram a ser visitadas. Apesar disso, os números são muito significativos. Nas 17 instituições que foram visitadas pela caravana e que geraram a totalidade do relatório, entre penitenciárias e delegacias de 6 estados brasileiros, estão encarcerados mais de 15 mil presos.

A maioria dos casos não tem acompanhamento jurídico constante, nem projetos educacionais, ou atenção à saúde ou programas de trabalho. As condições dos presídios no país são abomináveis. É o que pensa o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que em palestra no *Kings College* de Londres, enfatizou o terror e o caos no Sistema Prisional Brasileiro. O ministro relata, sem citar nomes de gestores atuantes no Governo Estadual, que esses gestores só buscam dividendo político, aumentando o “horror” do sistema penitenciário, porque a verba repassada, não é utilizada para esses fins. (BARRUCHO 2014, p.7).

Joaquim Barbosa, exemplificando, utiliza o termo “natureza explosiva” quando aponta ao controle em prisões brasileiras por facções criminosas. Cita a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas em São Luis, no Maranhão, onde houve morte de 60 detentos em 2013.

Levando em consideração que o complexo de Pedrinhas sofre com sua superlotação e sua arquitetura depredada, em rebeliões bem grosserias e violentas, batalhas carnais e insanas entre presos, como a decapitação mostrada recentemente em um vídeo, hoje em poder do Supremo Tribunal, repercutindo de forma negativa para os governantes maranhense. Além do vídeo também foram recebidos por Joaquim Barbosa fotografias da rebelião em Pedrinhas, remetidas pelo Juiz do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enfatizando o caos dos presídios brasileiros. (BARRUCHO 2014, p.7).

Como pensar em um trabalho de inclusão, função de uma biblioteca em presídios brasileiros, quando o sistema é caótico e a melhoria de suas condições não parece estar dentro da pauta de preocupações do Estado em vista de políticas públicas?

5 CONDIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Lemgruber (2010), em seu livro “A Dona das Chaves”, relata o funcionamento das políticas públicas brasileiras, contendo aspectos do sistema prisional no Estado do Rio de Janeiro, e como reinam o caos e a desordem nos presídios cariocas: como no presídio feminino de segurança máxima Talavera Bruce, os presídios de Bangu, Ary Franco e Água Santa, que de santa não tem nada. Água Santa é o presídio onde se encontra o maior índice de maus tratos aos detentos do Rio de Janeiro. No livro, a autora omite os nomes verdadeiros, porém, as histórias são reais e revelam como em uma crônica todos os detalhes do complexo mundo atrás dos muros, celas, gabinetes e corredores de um sistema prisional marcado por violência, corrupção ativa e passiva, em meio a surpreendentes gestos de coragem e generosidade.

Quando a autora fala do mundo atrás das grades faz isso com a experiência de quem viveu e sentiu na pele todas as dificuldades relacionadas ao sistema prisional e à segurança pública em geral no estado do Rio de Janeiro, já que foi por muitos anos diretora do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe). Iniciando suas atividades durante o governo Leonel Brizola, Julita Lemgruber gerenciou uma rede de 25 unidades prisionais com mais de 9.200 detentos e 2.300 agentes e colaboradores Lemgruber (2010).

Lemgruber (2010) cita as maiores dificuldades durante o tempo em que tentou amenizar as falhas de um já falido sistema penitenciário. Fugas, rebeliões, uso de drogas e constantes ameaças de morte eram parte da sua rotina. Porém, além disso, a ex-diretora do Desipe fala da corrupção que facilita fugas e a entrada de armas, drogas, dinheiro e celulares, mesmo quando o sistema de segurança deveria ser “quase” infalível. Isto nos faz recuperar as considerações de Foucault de que a delinquência fabricada e controlada faz parte da concepção do sistema prisional moderno.

No capítulo “Fuga doril, ninguém sabe, ninguém viu” fala justamente do pacto de silêncio existente nessas instituições, nas quais agentes de segurança e detentos podem ser inimigos ou cúmplices. Por mais que exista a honestidade dos funcionários, também existe um corporativismo velado na maioria das vezes que impede a verificação dos culpados e a efetividade das sindicâncias realizadas.

Para Rolim (2000): “Os presídios talvez sejam o outro lado da moeda, a face obscura que nós recusamos a ver de nós mesmo.”

Um dos presídios que fazem parte do complexo penitenciário de Bangu, Bangu I (Laércio da Costa Pellegrino), que é um presídio de pequeno porte, dividindo-se em 4 galerias e cada uma delas, com 12 celas individuais, totaliza a população máxima de 48 presos. A distribuição dos prisioneiros se dá de acordo com sua pertinência a grupos ou facções criminosas, ou quadrilha de roubo ou furto. Presos vinculados a facções criminosas como “comando vermelho”, “terceiro comando”, “amigo dos amigos,” “independentes”, são colocados em galerias separadas uma das outras. Os presos permanecem todo o tempo dentro de suas celas. Permite visita íntima para os presos, mas não conta com trabalhos para redução de pena. As características dessa instituição são diferentes dos outros, pois abriga os presos perigosos do estado do Rio de Janeiro, chefes do tráfico e suas facções.

O presídio Ari Franco, conhecido como “a porta do inferno”, localizando no bairro de Água Santa, é a porta de entrada do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Conforme o relatório de Rolim (2000), o presídio apresenta arquitetura totalmente inadequada, superlotação e uma média de 16 presos por cela, além de não se saber qual a real capacidade do presídio, o que é uma lastima, e 89 agentes e 12 técnicos. Nessa instituição, de acordo com Rolim (2000), a maioria dos condenados está cumprindo penas leves. Não possuem o direito a visitas íntimas. Como modo a contornar esta proibição e usufruir do contato sexual, utilizam o banheiro, chamando esse processo de “ratão”. Existe uma alta rotatividade dos presos que permanecem lá de quatro a oito meses, pois são encaminhados para o Ari Franco logo após a passagem pelas delegacias. Uma vez aguardado julgamento e feita a triagem, o detento é encaminhado para outros presídios onde irá cumprir sua pena. O presídio não dispõe de detector de metal, dificultando o trabalho dos agentes, enfim, o presídio é um caos total. O sanitário é um buraco no chão, que eles chamam de “boi”. Há muito mau trato para com os presos, deixando assim a desejar os direitos humanos dos presos.

Rolim (2000) descreve também outro presídio carioca que chama atenção pelos números que constam no relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos, o Evaristo de Moraes, onde se encontra o maior índice de infestação de ratos e pombos. É um prédio velho, depredado, com uma cobertura de telhas de amianto. Nessas condições, foram colocados ali cerca de 1.500 presos, como animais em jaulas, com idade média de 20 anos. O presídio também é descrito como um verdadeiro inferno; as celas abrigam 52 presos, gerando um ambiente fétido e insalubre, onde

os presos não têm dignidade alguma. Há altos índices de contágio de leptospirose e de portadores do vírus HIV. As condições médicas no presídio são praticamente nulas. Existem, inclusive, inúmeros relatos de omissão de socorro para com os presos. Rolim (2000, p.15) descreve com detalhes as impressões registradas sobre o presídio:

Imaginem um enorme ginásio, velho e abandonado. Um espaço grande mesmo que pudesse servir como garagem para caminhões, com um pé direito de mais de 20 metros e uma cobertura em telhas de Brasilit. Imagine, agora, que nesse espaço se resolveu construir um "presídio" e que ali foram encarcerados 1.500 pessoas, cuja média de idade é 20 anos. Faça um novo esforço e imagine que as "celas" não possuem teto uma vez que as suas paredes possuem dois metros de altura e a cobertura efetiva é a do próprio ginásio. Agora, povoem a cobertura do ginásio com centenas de pombos que defecam 24 horas por dia na cabeça dos presos. Por decorrência, imaginem que esses presos tenham erguido com ao panos que dispõe - trapos, lençóis velhos, mantas puídas - uma proteção contra essa chuva de merda, de forma que suas celas lembrem tendas miseráveis enegrecidas pelos detritos que aparam. Muito bem, você está entrando no Presídio Evaristo de Moraes no Rio, Rolim (2000).

No quadro a seguir, poderemos ver os dados que foram colhidos pelos questionários aplicados nesses três institutos prisionais que foram citados:

Quadro 3 – Dados estatísticos dos presídios cariocas / Direitos Humanos

	PENITENCIÁRIA LAÉRCIO DA COSTA PELLE- GRINO BANGU I	PRESÍDIO ARI FRANCO	PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES
Capacidade	48 PRESOS	–	1.650 PRESOS
Lotação	48 PRESOS	1.030 PRESOS	1.550 PRESOS
Revista íntima	SIM	SIM	SIM
Violação de correspon- dência	SIM	NÃO	NÃO
Trabalho prisional	INEXISTENTE	PRECÁRIO	PRECÁRIO
Atenção à saúde	PRECÁRIA	INEXISTENTE	PRECÁRIA
Educação dos presos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	BOA
Assistência jurídica	ADVOGADO PART.	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Acesso ao pátio	1 H. P/ SEMANA	NÃO HÁ PÁTIO	RESTRITO
Visitas	SIM	SIM	SIM
Visita íntima	SIM	NÃO	RESTRITA
Comida	BOA	–	RUIM
Estrutura dupla de ali- mentação p/ func.	SIM	NÃO	SIM
Acesso aos meios de comunicação	SIM	SIM	RESTRITO
Cela de isolamento	NÃO	NÃO	SIM
Denúncias de espanca- mento	NÃO	SIM	SIM
Denúncias de corrupção	NÃO	–	SIM
Armas no interior do pre- sídio	NÃO	NÃO	–

Fonte: Rolim (2000)

Todos os dados relacionados aos presídios foram coletados no ano de 2000 e encaminhados aos órgãos competentes para que fossem tomadas as providências cabíveis. Mediante os relatos e os dados verificados nota-se bem facilmente que foram verificadas condições que exigiam atitudes emergenciais, pois, alguns dos presídios chegaram a ser classificados pela comissão de direitos humanos como entre os piores do mundo. Porém, apesar de todas as informações verificadas, nenhum projeto foi realizado com a intenção de corrigir tantos erros que foram vistos a mais de dez anos. Se nada foi feito, fica difícil imaginar que tenha ocorrido alguma melhora, muito pelo contrário.

Cerca de 95% dos presos brasileiros são oriundos de famílias pobres ou muito pobres e 75% não conseguiram concluir a educação básica, sendo de aproximadamente 12% o percentual de analfabetos (UNESCO, 2008). Não há dados disponíveis sobre analfabetos funcionais nas prisões brasileiras, mas tendo em vista a situação da população em geral, acredita-se que este número deva ser muito elevado, com efeitos negativos diretos sobre a escolarização efetiva dos detentos, sua posterior inserção no mercado de trabalho e não retorno ao crime (CORENZA; MAGALHÃES; MASSON, 2000, p. 2).

6 A REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Em um trecho do livro “Cabeça de porco” Celso Athayde, MVBill e Luis Eduardo Soares (2005) relatam um fato bem pertinente para a questão que esta sendo pautada aqui. Uma biblioteca no âmbito prisional é também um ambiente de salvaguarda de materiais culturais e de conhecimento sistematizados. Nesse processo cabe o espaço literário e cultural que tem a biblioteca para constituir centros e projetos, ampliadores, para o estímulo a leitura, mais como fazer isso funcionar? Com o apoio, do programa de ensino no sistema prisional, com os profissionais pedagogos, estimulando e indicando literatura, e outros meios bibliográficos, para o aluno detento, estimular o hábito a leitura.

Pensando em possibilidades para o contexto prisional brasileiro, a obra mostra uma história de um “*boxeur*” Norte Americano que obteve grande êxito nessa área esportiva, que foi preso injustamente por um crime não cometido. Ele foi condenado em uma época que o preconceito racial era gritante. Os hábitos desse homem começaram a mudar. Ele dormia de dia e passava a noite lendo e escrevendo, montando um universo ficcional que ali construía e, como o destino pode nos pregar peças, pode condenar, mas também nos ajudar. Os relatos publicados por esse *boxeur* foi tão além dos muros da penitenciária que conseguiu alcançar jovens leitores. Pelo poder de comoção, eles se reuniram e foram buscar a verdade sobre esse caso. O poder da literatura é tão forte que pode até mesmo salvar vidas, desbravar conceitos, superar preconceitos, formar peças fundamentais para trazer à tona a verdade escondida e camuflada pelo poder contrário a você.

Não se pode deixar de lado a importância de que se tenha uma biblioteca no ambiente prisional, especialmente quando associada ao processo pedagógico e cultural; um favorecido pelo outro. O processo de reinserir esses indivíduos começa por esse caminho, de abertura de horizontes e que permita ao indivíduo detido ter a capacidade de discernir o que é bom do que é ruim.

Uma das maiores frustrações para quem faz pesquisa na área de biblioteca prisional é a quantidade de artigos que falam de cidadania e reinserção do condenado à sociedade, levando a crer que a política pública funciona. Mas os interessados em pesquisar políticas públicas em presídios que fizerem uma pesquisa mais aprofundada do conteúdo, o que verão? As políticas não nos passam o real acontecimento intramuros. Nelson Mandela nos trás uma citação muito pertinente para o

problema. “Se quiseres conhecer o sistema socioeconômico do país visite os porões de seus presídios” (apud CORENZA; MAGALHÃES; MASSON, 2000, p.1-2). Como pode a sociedade deixar essa barreira de preconceito e exclusões se não souber a realidade dos acontecimentos dentro desse sistema que é o penitenciário?

As perspectivas das universidades brasileiras de formar profissionais na área de biblioteconomia para atuarem em bibliotecas de presídios são praticamente nulas. Temos universidades como a UFF, UFRJ e UNIRIO, Universidades Federais que oferecem o curso de graduação na área no Rio de Janeiro, que não formam para atuação em presídios, porque na realidade as bibliotecas prisionais não passam de meros projetos, que ainda não estão em funcionamento. Não passam de salas de leitura em ambientes totalmente precários e isso altera o estímulo dos futuros profissionais da área. Há mais um fator a ser dito, o fato do preconceito ou de temor, que seja. A grande verdade é que não existem ainda profissionais para atuarem nessas Bibliotecas.

A temática, bibliotecas em âmbito prisional, nas instituições formadoras de bibliotecários nesse âmbito é quase inexistente. Francisco das Chagas de Souza e Maria Raimunda de Lira Cabral (2011) nos trazem a abordagem do tema bibliotecas em âmbito prisional com alunos da Universidade de Santa Catarina. O intrigante é como esses futuros profissionais iriam lidar com esses respectivos usuários, privados de sua liberdade, “[...] isolado de todas as demais demandas construídas para os serviços de informações de uma sociedade”.

A especialização para se atuar em presídios poderia ser implementada nos cursos de biblioteconomia dando ao estudante uma ótica de que ira enfrentar: Para que? Para quem? Que forma ira adotar em sua biblioteca? Isto já que se tem que ter em conta que a biblioteca prisional é diferenciada das demais bibliotecas, mesmo sendo equiparada pela UNESCO (1994) com as bibliotecas públicas.

Souza e Cabral (2011) notam que junto à formação básica de um bibliotecário, esses profissionais precisam ser dotados de conhecimentos dos campo da tecnologia da informação de natureza técnica, de tecnologia social, psicologia, sociologia, história, dentre outras áreas.

Mesmo sendo uma causa nobre, uma biblioteca prisional ainda é uma utopia, infelizmente, e um tema que enfrenta muitas barreiras, seja por preconceito, falta de comprometimento da política pública, desconhecimento da sociedade ao tema, o bibliotecário visionário, enfrenta uma barreira enorme, para a implementação desse

projeto em âmbito prisional.

A proposta do bibliotecário em um ambiente prisional se deparara com muitos desafios e oportunidades dentro desse ambiente. De acordo com Eiras (2007, p. 5), as bibliotecas prisionais são “[...] terreno propício ao reforço e definição do papel social do bibliotecário, enquanto elemento mediador e orientador no acesso à informação e ao conhecimento”.

Segundo sugere o Manifesto da UNESCO (1994), para as bibliotecas públicas serviços e materiais específicos devem ser posto à disposição dos usuários que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. Esse modelo funcionaria se o Estado fornecesse meios para o bibliotecário que estivesse na gestão dessa biblioteca. O processo começaria pela aquisição de materiais para compor o acervo dessa biblioteca, depois iríamos para o processo de contatos com os presos por meio de entrevista para que o bibliotecário atuante soubesse para quem e o que comprar para compor biblioteca. Por definição da UNESCO (1994):

Uma biblioteca de estabelecimento prisional é originária de um processo de criação, com parcerias, e de protocolo de cooperação, tanto na gestão integrada de espaço ou serviço, ou na criação de regime misto de reclusão. Em qualquer um dos casos. As diretrizes internacionais existentes levam a formação de duas hipóteses de funcionamento para estas bibliotecas prisionais.

O artigo 21 da lei de Execução Penal, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República (BRASIL, 1984), estabelece a obrigatoriedade da existência das bibliotecas no ambiente prisional, inspirado no primeiro congresso das Nações Unidas sobre prevenções do delito e tratamento do preso e internado. Teoricamente um ótimo projeto. Porém, as bibliotecas em meios prisionais não passam de ficção, porque na prática só existem depósitos para empilhar livros, o que na visão de profissionais bibliotecários é uma vergonha. Além das condições gerais do presídio e de verbas para suas bibliotecas, seria necessária qualificação de profissionais para esta área de atuação. As Universidades precisariam oferecer cursos de extensão para os graduando na área prisional, para o que hoje não há demanda significativa.

Analisando o artigo 21 (BRASIL, 1984) entende-se que as limitações ao aten-

dimento a esse artigo se tornaram tão severas que o Presidente da República sancionou, em 2010, uma nova lei (nº 12.245, de 24 de Maio de 2010) em acréscimo à Lei de Execução Penal original, de 1984, a fim de garantir a instalação de salas de aula como espaço específico e permanente nas prisões.

Segundo Mirabete (2007), a importância das bibliotecas em meio prisional para seria estimulante para os detentos das instituições carcerárias, associada ao processo educacional com profissionais da área pedagógica, estimulando o processo intelectual de cada recluso para sua evolução e sua volta à sociedade.

O bibliotecário tem sim que ser mediador, orientador e cumprir seu papel social, mas ele se deparará com desafios que farão com que poderão fazer com que enfrentem ou se adaptem ao sistema, porque na realidade as políticas públicas não funcionam, são simplesmente uma utopia.

A proposta seria que o bibliotecário se tornasse atuante em vista de que esses indivíduos, que passam pelo processo de reclusão, possam ampliar seus horizontes e visão. O bibliotecário auxiliaria na ressocialização do detento através da biblioteca e das atividades desenvolvidas por ela, que na sua maioria estão voltadas para o retorno do indivíduo ao convívio social. Desse modo, o bibliotecário se torna uma peça fundamental.

Mas como a proposta deste trabalho não é falar de “Utopia”, mais sim de uma realidade que não é passada, se o Estado em si não consegue com que o sistema penitenciário funcione, como se apresentou, as condições são caóticas, por seu turno, a sociedade, alimentada pela mídia, dificilmente verá com bons olhos o uso de recursos públicos para melhorar condições nos presídios. Conforme Noronha e Machado (2002, p. 660) “[...] na ideologia da guerra contra o crime, reproduzida e endossada pela imprensa, os “marginais” são parte de um contingente populacional considerado irrecuperável pelo senso comum, portanto, sem salvação.”

Como pensar, então, na viabilidade do projeto de uma biblioteca prisional? Como incluir um trabalho biblioteconômico para fazer com que homens, mulheres e jovens infratores, reclusos, possam ser reintegrados à sociedade?

Trindade (2009) pontua a necessidade do profissional, dentro da sua formação acadêmica, incluir serviços de extensão, alfabetização, recursos multiculturais e também materiais de ensino para os indivíduos com alguma necessidade: física, psíquica ou judiciária. A proposta é ótima, mas novamente a realidade é outra. Os presídios, na grande maioria, têm grande precariedade em seu funcionamento. As-

sim, as ideias e projetos devem ter em conta a sua real condição (sem deixar de lado a demanda pela mudança destas condições), de modo a se poder colocar ideias e projetos em prática. Considera-se que o bibliotecário, por si só, não tem meios e nem veículos para fazer o que está torto e quebrado funcionar. Se os detentos não têm condições minimamente adequadas de vida, o a um acesso ao acervo físico sem o bibliotecário, como fazer isto funcionar?

A brecha que se abre atualmente são as ações culturais, religiosas, esportivas, educacionais existentes em alguns presídios. Este pode ser um caminho de entrada da leitura. Primeiro, como um de utilizar as chamadas “adaptações secundárias” de Goffman, depois, como estímulo por uma prática na qual o detento está inserido.

7 AÇÕES SOCIAIS EM PRESÍDIOS E A LEITURA

As ações sociais ou educacionais nos presídios têm como foco ajudar ao preso, ampliando sua capacidade de discernir, escolher o seu caminho. Com esse tipo de trabalho social, aliado à formação de leitores, o conhecimento deve ser um direito também daqueles que perderam temporariamente sua liberdade.

Para Moreira e Silva (2009), os fatores responsáveis pela chance de que o desenvolvimento do hábito de ler seja uma realidade dependem diretamente do aumento dessas ações educacionais e culturais que poderiam ser realizadas nas prisões brasileiras pelas mais diversas instituições, sejam elas de cunho religioso, social ou não governamental, não dependendo apenas do Estado. Segundos os autores, toda e qualquer ação nesse sentido se mostra como válida, uma vez os resultados obtidos por meio da estimulação do hábito de ler refletem de forma relevante na qualidade de vida dos prisioneiros, seja para a sua formação profissional, para melhorar da relação com as famílias e do contato com o mundo externo de um modo geral. Moreira e Silva (2009, p. 2) ressaltam que

A leitura é uma prática que há muito faz parte da cultura das mais diversas civilizações humanas, juntamente com outras práticas culturais desenvolvidas por grande parte das civilizações. Tal atividade ocorre dentro de um contexto sócio-histórico, influenciando e sendo influenciada por ele e pela subjetividade dos seres humanos que realizam tal ato. Cumpre ressaltar que a expressão leitura não pode ser aplicada somente quando nos referimos aos textos escritos, mas está intrinsecamente ligada ao mundo em que texto e leitura ocorrem. Por isso, tal ato acaba por adquirir contornos muito mais complexos do que a simples decodificação de códigos escritos. Isso aponta para a necessidade de uma compreensão crítica do ato de ler.

Assim, os autores afirmam que a formação de leitores tem como seu maior objetivo o rompimento da ideia elitizada de leitura e educação que acaba afastando as pessoas dos livros e da leitura. Na hipótese de bibliotecas no sistema prisional, os responsáveis pelos projetos devem utilizar abordagens que possam valorizar as experiências e conhecimentos preexistentes dos leitores e utilizar textos que se relacionem com sua realidade, colaborando na produção de sentido que permita uma visão mais ampla do texto, do mundo, unindo os novos conhecimentos adquiridos com os já existentes.

Moreira e Silva (2009, p. 2-3) destacam que as ações realizadas nas instituições prisionais são experiências muito interessantes e “[...] revelam todo o potencial

que ações de incentivo à leitura podem realizar dentro de uma prisão”. Todavia, os autores salientam, após estudos realizados, que vários projetos com esse objetivo não apresentam articulação com programa ou política educacional ou prisional que estimule atividades de leitura. Em sua maioria, os projetos são poucos e ainda que bem intencionados, alcançando resultados, são parte de ações isoladas que ocorrem quase que intuitivamente.

Confirmando as afirmações realizadas por Moreira e Silva (2009), de acordo com a publicação do projeto “Educando para a liberdade”, idealizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil, (TRINDADE 2006, p. 12):

Esse cenário tem sido confrontado a partir de práticas improvisadas e voluntaristas que, em geral, dependem da concordância da direção de cada estabelecimento penal. Não existe uma aproximação entre as pastas da Educação e da Administração Penitenciária que viabilize uma oferta sistemática, com bases conceituais mais precisas.

Este documento consiste no relatório de uma iniciativa realizada com o objetivo de colaborar com a transformação da realidade prisional brasileira, criando, além de conceitos, práticas a serem consideradas pelos governos e representantes da sociedade civil. A partir dessa publicação, ao menos passou a existir um conjunto de compromissos com o assunto. O projeto “Educando para a liberdade”, foi desenvolvido ao longo dos anos de 2005 e 2006, numa parceria entre os ministérios da Educação, da Justiça e a representação da UNESCO no Brasil, com patrocínio do governo do Japão.

A ideia inicial do projeto era focar no investimento em quatro estados (Ceará, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Sul), devido ao compromisso assumido pelos governos desses estados de continuar a execução do projeto durante a década seguinte. A proposta foi levada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC à UNESCO numa tentativa de garantir mais eficiência e visibilidade na utilização dos recursos. No projeto divulgado pela (TRINDADE 2006, p.17), dentre outros, constam alguns compromissos principais a serem assumidos:

Prover à população prisional a informação e/ou o acesso a diferentes níveis de educação e formação; desenvolver e implementar programas holísticos de educação nas prisões, com a participação de presos e presas, a fim de atender às suas necessidades e aspirações de aprendizagem; facilitar as atividades educacionais desenvolvidas nas prisões por organizações não

governamentais, professores e outros educadores, deste modo garantindo à população prisional o acesso às instituições educacionais e encorajando iniciativas que vinculem cursos realizados dentro e fora das prisões.

Assim, mesmo não tendo sido efetivado, o projeto apresenta um caminho para articular ações culturais e leitura. De acordo com Moreira e Silva (2009), as informações divulgadas após as pesquisas conseguem estabelecer elementos importantes que devem constar quando se pensa no atendimento a essa demanda, elaborando uma política pública efetiva para a educação da população prisional brasileira.

7.1 O poder transformador da leitura para o detento

Estudo realizado pela mestra em teoria literária e literatura, Maria Luzineide Rodrigues (2013) da UnB, nos traz o feito e o poder que a literatura pode proporcionar, com o relato bem interessante, de um preso com inclinações agressivas, a quem ela deu o nome fictício de João da Silva. O jovem, com 21 anos, se encontrava na Penitenciária do Distrito Federal 1 (Papuda).

Como pessoas que cometem crimes violentos, massacres e até mesmos crimes leves, podem inclinar-se à leitura? O processo de leitura, não é só pegar e ler, é sim um processo interpretativo. Considerando-se a visão pré-conceituosa dos presos, no mundo extramuros, como um preso, homens e mulheres vis, pode inclinasse a leitura? O mais interessante dessa pesquisa foi o exemplo e o efeito da literatura na vida desse rapaz. No processo de ler e discernir conseguiu conter a ira que ele carregava consigo próprio.

O ponto alto foram os livros pedidos pelos internos e a busca deles para fugir daquela realidade. Ter essa alternativa em uma penitenciária, conforme a concepção de Goffman para as adaptações secundárias em Instituições Totais, não é bom só para os internos, mas para o sistema todo. Para o presidiário é “sair” e formar uma realidade intensa frente à realidade vivida, que para eles é um inferno. Estando fragilizados, os livros de autoajuda eram no momento uma saída. Também se verificou a leitura de proximidade com Deus, o livro do Padre Marcelo Rossi “Ágape”, os livros de ficção para fugir da realidade encontrada ali, como os livros de Harry Potter e o “O senhor dos anéis”.

É a partir da realidade prisional que a pesquisadora trabalha com os detentos a partir de textos de grandes autores que também passaram por confinamentos como

Graciliano Ramos, em “Memórias de um cárcere”, Fiodor Dostoiévski, em “Recordações da casa de mortos” e o mais recente Luiz Alberto Mendes, contando três relatos de seus 30 anos de reclusão em “Às cegas”, “Memórias de um sobrevivente” e “Cela forte”.

Segundo a visão de Maria Luzinineide, o maior impedimento inicial para a leitura é a adaptação do encarcerado. Quando perguntava por que não se tinha o hábito da leitura, a resposta era a falta de hábito. Após os primeiros contatos com o livro a resposta se modificava. O relato dos detentos era que após o ato da leitura eles se teleportava para o mundo ficcional, uma espécie de fuga daquela realidade nua e crua por eles vivenciada.

Em entrevista feita pela pesquisadora a um ex-detento, que se tornou um renomado literato, Luiz Alberto Mendes, fez 3 perguntas. O que costumava ler, se tinha um autor favorito e se havia influência das leituras que fez em sua maneira de escrever. Ele descreve que o ato de ler fez com que ele se apaixonasse pela leitura, e um dos escritores brasileiros que descreve como seu favorito é Erico Veríssimo, embora ele se defina como discípulo de Graciliano Ramos em termos de escrita.

Outro aspecto interessante da entrevista era o tempo que dedicava à leitura quando estava preso. Ele define que para se conquistar o processo da escrita tem-se que primeiro ler e observar muito, antes de sua primeira linha. Ele costumava ler biografias e particularmente observou que grandes escritores primeiro tinham sido grandes leitores.

A pesquisadora indagou-lhe acerca de sua sensação quando teve seu primeiro livro publicado e se esta publicação veio enquanto ainda estava preso. O literato respondeu que sim, a publicação de seu primeiro livro se deu quando ainda estava em confinamento, “Memórias de um sobrevivente”. A sensação ditada por ele foi de dever cumprido, de uma batalha ganha, de uma vitória que, olhando para traz, parecia impossível. Segundo a pesquisadora ele utilizou na redação de seu livro termos rudes, mas próprios daquele ambiente, e que ele sabia que o público iria gostar de sua forma de escrever, com paixão impregnada em cada linha escrita.

A pesquisadora também apresenta uma lista dos livros mais populares entre os presos em penitenciárias brasileiras:

Papuda: *Ágape*, de Padre Marcelo Rosse

Catanduva: *Crime e castigo*, de Fiódor Dostoiévski

Porto Velho: *A menina que roubava livros*, de Marcus Suzak

Mossoró: O menino do pijama listrado, de John Boyne

Campo Grande: o futuro da humanidade, de Augusto Cury

O livro mais lido no Presídio de Guantánamo: Cinquenta tons de cinza, de E.L.James (AQUINO, 2013, p.1).

7.2. Assistência religiosa em presídios e seu estímulo à leitura

A Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) é uma instituição filantrópica, que não recebe verbas governamentais. Para a Sociedade Bíblica do Brasil, o livro sagrado é transformador do espírito e do modo social do indivíduo, além de ser fonte de conhecimento e base cultura, e de pensamentos filantrópicos de toda a civilização ocidental. Considerando que o livro sagrado apresenta conteúdo e valores éticos capazes de auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, pacífica e harmônica, a Sociedade Bíblica do Brasil tem como missão, “[...] promover a difusão da bíblia e sua mensagem como instrumento de transformação e desenvolvimento integral do ser humano” (DIAS, 2012).

A bíblia, além do aspecto da fé e da religião pode abrir o sujeito para a leitura e ser utilidade com finalidade educacional, interpretativa, e transformadora de indivíduo, espiritualmente e socialmente, tornando-se fonte de autoajuda para todo o indivíduo que ali, busca seu refugio espiritual, assim como outros livros como os atuais de Paulo Coelho e os religiosos tradicionais como a Cabala dos judeus.

Segundo a Sociedade Bíblica do Brasil, é pela fé que conseguiremos transpor barreiras. A própria Constituição Federal Brasileira e a Lei de Execução Penal prevê a prática religiosa como direito a todos, inclusive aqueles que estão privados de sua liberdade. Fora o material impresso, o projeto também disponibiliza material audiovisual e eletrônico para detentos com deficiências.

A prática religiosa em âmbito prisional é de grande valia no estímulo à leitura entre os presos. Em pesquisa feita por Valquiria Michela John, (2012, p.199) sobre as evidências e o estímulo à prática da leitura no âmbito prisional, ela utiliza o termo “Palavra que salvam”.

Ao contrário do imaginário e das limitações nas prisões, a leitura não é apenas uma questão de ocupação por causa do ócio. Portanto, mesmo que comece com um modo de “adaptação secundária”, sugerida por Goffman, sua natureza permite ir além da fuga, do escape.

A leitura não é uma saída desesperadora para o preenchimento do tempo. Embora as atividades para a ocupação do tempo sejam realmente escassas, a leitura é uma opção de lazer e de busca de conhecimento, que para eles desenvolve aptidões e desencadeia sentidos que vão muito além da simples ocupação do tempo. (JOHN, 2012, p. 201-202)

A pesquisadora utiliza formas de agrupamento para a prática da leitura. Muitos dos leitores que tinham o hábito da leitura no cárcere já a praticavam antes mesmo de cometer seu delito, portanto, este hábito pouco se forma dentro das prisões, em exceção em alguns grupos, e claro, “[...] os entrevistado destacaram que na rua tinham mais facilidade de ler, os jornais locais, por exemplo.” (JOHN, 2012, p. 201).

Mas a prática religiosa pode estimular o desenvolvimento do hábito. O livro, mais lido é a “Bíblia”, seguida de outros textos religiosos, o que leva a crê no estímulo da religião se faz presente no caso da leitura. Os entrevistados do grupo cristão destacam a “Bíblia” como livro que diz a verdade mais forte. Trechos interpretativos, prosas e versos, parábolas bíblicas, se tornam instrumentos disseminadores de suas crenças. Esse livro religioso tem um valor absoluto para o grupo de protestantes, o que leva à sua constante leitura. “Talvez seja por isso mesmo, que se recorra tanto à leitura da Bíblia nas prisões, para tentar entender, explicar e justificar os rumos pelos quais seguiram suas vidas, sobre como foram parar na prisão” (JOHN, 2012, p. 203-204).

Os livros e periódicos sempre são disponibilizados por grupos pertencentes a Igrejas que frequentam diariamente os presídios. Também são citados romances e livros de autoajuda.

Mas a pesquisadora também aponta às diversas barreiras para prática leitura. Além da pouca oferta de livros e revistas existem as dificuldades resultantes da arquitetura dos presídios, com pouco espaço e um processo de pessoas transitando, “dela para cá”, que não são propícios.

7.3 Projetos culturais e educacionais a leitura em presídios

“Um sonho que se sonha é apenas um sonho; um sonho que se sonha junto vira realidade”. (Carlos Drummond de Andrade).

Um dia antológico aconteceu em 10 de dezembro de 2013, para as detentas do presídio feminino (Prefem), localizado em Aracaju. Neste dia é comemorada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Projeto Penarte, idealizado por

Claudio Viana, com oficinas teatrais, danças, poesias e circo, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), e a Secretaria de Estado de Justiça e de defesa do consumidor (Sejuc). As detentas apresentaram no teatro Atheneu a encenação da peça “As violetas são belas, as abelhas, violentas”, baseada no texto e poesia do idealizador do projeto Penarte, Claudio Viana. Viu-se o empenho de 40 apenadas e a dedicação da escolha de 40 poemas do livro de Viana (PREFEITURA 2014 p.2).

O interessante ao ler o artigo, foi o estímulo que a implantação desse projeto, deu a essas mulheres apenadas. O projeto, com ação cultural estimulando e permitindo alguma modificação de espírito e conduta. Além da autovalorização, o projeto abre o interesse pela leitura da poesia. Elas sabem que seu retorno à sociedade não será fácil, mas o hábito da a leitura, o estudo, será sua base a reinserção a sociedade (PREFEITURA, 2014, p.1).

Observando que a prática teatral dentro dos presídios pode ser algo com bons resultados, empresas empreendedoras poderiam ter grande êxito nesse aspecto, tanto encontrando novos talentos como ajudando na libertação moral desses apenados.

O estímulo à leitura, neste caso, pode ser uma ação articulada entre a ação cultural do teatro e a ação biblioteconômica. É importantíssimo que haja, entre seus usuários, que no caso aqui são os detentos, o desenvolvimento intelectual e a emancipação de sua história fora dos muros penitenciários.

Existem muitas parcerias entre empresas e o governo do estado do Rio de Janeiro para a implantação de projetos dentro de presídios, com objetivo em possibilitar a contratação de detentos para ser reinserido ao mundo do trabalho.

Uma dessas empresas é o estaleiro *Mac Laren Oil* que atua na penitenciária Talavera Bruce, que firmou um convênio, com o governo para a abertura de cursos de especialização na área de construção naval, colocando de imediato a contratação de 50 detentas para atuarem em suas empresas. Destas, 41 já ganharam a concessão do semiaberto, com remuneração de 470,00 reais, com alimentação e transporte até o presídio, além de diminuição de sua pena em um dia para cada 3 dias de trabalho (MISCIASCI, 2014, p.1).

A implantação de empresas com atividades de capacitação profissional, em sistema carcerário, ajuda a estimular o hábito da leitura, e a procura de bibliografias nas áreas de atuação profissional, no caso aqui a construção naval.

No Rio de Janeiro, na Penitenciária feminina Talavera Bruce, além de atividades não remuneradas dentro do presídio, como manutenção, limpeza, conservação etc., que podem ser entendidas como meios de adaptação secundária, conforme Erving Goffman, as detentas também contam com algumas atividades de trabalho remunerado e atividades culturais, educacionais e esportivas. Tais atividades envolvem 251 internas.

Escola até nível médio (100); pré-vestibular e curso superior a distancia (20); curso de costura e modelagem (40); curso de informática (30); curso de dança, teatro e alongamento (10); curso de alfabetização (10); sala de leitura, biblioteca disponível a todas as internas; espaço cultural mãos à arte-oficinas de artesanato: (20) (remuneração na venda da produção); jornal produzido pelas internas da unidade (4); fabricação artesanal de ovos e bombos de chocolate (2) (remuneração na venda da produção; fabricação artesanal de estopa (15) (remuneração na venda da produção) (CGRSE/DIPP/DEPEN, 2007).

Também temos a experiência da Biblioteca Nova Vida, idealizada pela bibliotecária e coordenadora de Bibliotecas Demonstrativas de Brasília (BDB), com o apoio da FUNAP, e que partiu da questão: Como melhorar as condições de presos mediante a todas as dificuldades encontradas? Como eu, com minha capacidade e conhecimento posso contribuir? Elaborando projeto de biblioteca na penitenciária para a Papuda seria um começo. (SILVA, 2012).

O artigo 250 da Constituição Federal afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, promovendo essa iniciativa com a colaboração da sociedade, objetivando um plano de desenvolvimento de pessoas, e o seu preparo para o exercício a cidadania e qualificação para seu trabalho. Foi com essa finalidade que BDB, incentivando o trabalho de recuperação dos apenados, desenvolvido pela FUNAP, começou a elaborar o projeto, a Penitenciária da Papuda já tinha uma sala de leitura com aproximadamente 4.500 livros, sendo que a maioria estava obsoleta. Seria nessa sala que renasceria a Biblioteca Nova Vida, destinada aos detentos (SILVA, 2012).

O projeto tinha como principais objetivos: Facilitar o acesso à informação e cultura; incentivar a leitura com uma biblioteca mais atual, apoiar as atividades pedagógicas desenvolvidas na penitenciária e abrir o espaço da biblioteca a atividades sociais e culturais.

A inauguração dessa biblioteca em 1996 foi incentivadora para todos os Estados do Brasil. No complexo Penitenciário da Papuda, 20 detentos se tornaram, por meio de curso, auxiliares de bibliotecas, e nome da biblioteca foi escolhidas pelos próprios detentos como “Biblioteca Nova Vida”.

A biblioteca Nova Vida se encontra completamente modernizada, informatizada, com uma estrutura moderna, e conta com o apoio de outro projeto de Biblioteca “Casa do Saber”, criada pela Rede Gasal de Combustível. O projeto Rede Gasal tem como objetivo levar a cultura às regiões mais carentes do Distrito Federal. Já foram mais de 74 bibliotecas intramuros, graças a doações e voluntários, há mais de 10 anos trabalhando pelo projeto (SILVA, 2012, p.40-43).

Analisando ao todo o trabalho que venho feito para o término de meu curso em biblioteconomia, percebi que grandes esforços merecem ser aplaudidos como esse da bibliotecária Maria da Conceição Moreira Salles. Toda instituição carcerária deve sim empenha-se para promover o auxílio à população carcerário Sabendo-se que muitos detentos cometeram crimes leves, a opção de recuperação é possível, assim como de fabricação de criminosos. Isto nos leva a crer que tem jeito para essas pessoas. Uma ressocialização sem medo do retorno, incentivando-os à sua própria luta para ter dignidade. A fé religiosa também pode ser de grande valia, dentro e fora dos muros de uma penitenciária. Formadores de homens e mulheres são sempre outros semelhantes, que são seu espelho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a ideia inicial projetada pelo Iluminismo até chegar chegando ao contexto brasileiro atual, com ênfase no sistema prisional carioca, as coisas não mudaram muito. Após consultar vários autores que se debruçaram sobre os aspectos e definições ligados ao sistema prisional e às possibilidades de reinsserção de seus sujeitos, nota-se que entre o senso comum, a teoria e a prática existem diferenças alarmantes. Se por um lado a sociedade em geral deseja ver quem comete um crime preso, após o encarceramento é como este já não existisse mais.

Do mesmo modo, o Estado divulga políticas públicas de gerenciamento desses sistemas, porém, na prática, nada muda. Na busca por bibliografia para esta pesquisa, foram encontrados vários trabalhos que falavam de cidadania e direitos garantidos à população carcerária, dando a impressão de uma realidade em que tudo funciona. Porém, ao consultar autores mais descritivos, observou-se o estado lastimável da maioria dos presídios citados: superlotação; precariedade em todos os sentidos; condições desumanas de sobrevivência; obtenção de lucro na venda de artigos de primeira necessidade, dentre outros.

Nesse contexto, as bibliotecas prisionais, tema principal desta pesquisa, surgem como uma iniciativa que pode ser capaz de desencadear vários novos processos que envolveriam também a valorização de outras atividades a serem realizadas no sistema intramuros. As bibliotecas, após estudos previamente realizados, demonstraram que podem viáveis quando existem outros projetos e ações sociais que estimulam e valorizam a leitura. Se a fé, a prática religiosa, participar de grupo teatral, de ensino formal etc. podem ser vistos como “válvulas de escape” às rígidas regras do contexto prisional, no sentido de “adaptações secundárias”, conforme identificadas por Goffman, abrem caminho à leitura e reflexão, por onde pode-se desenvolver um bom trabalho biblioteconômico de inclusão e emancipação. A partir desse ponto, projetos sociais, culturais ou religiosos teriam maior facilidade de aceitação tanto pelos responsáveis pela manutenção do sistema quanto seus sujeitos principalmente atingidos.

Quanto à área de Biblioteconomia, não foram encontrados dados sobre profissionais formados que tenham atuação em projetos de bibliotecas prisionais. Resta saber se de fato faltam profissionais ou se os supostos projetos existentes é que não valorizam a capacidade deste profissional, fazendo com que as poucas bibliotecas

existentes no sistema prisional do não passem de meros depósitos de livros. Foram verificadas experiências positivas, contudo solitárias, apesar dos resultados alcançados e relevância das possibilidades de sucesso.

Após a verificação da bibliografia disponível sobre o assunto, nota-se a falta de maiores pesquisas e interesse na aplicação de projetos ainda muito recentes como o “Educando para a Liberdade” de 2006, idealizado pela UNESCO. A demora na regulamentação de práticas para a implantação de um sistema educacional que funcione realmente dentro das prisões já diz bastante sobre o descaso com que tem sido tratada essa questão.

Entretanto, antes de qualquer atividade prática, é interessante falar sobre a importância de que sejam feitas outras pesquisas objetivando entender melhor as características e condições da população carcerária, seja ligada às áreas da Sociologia, Educação, Biblioteconomia, Artes, dentre outras, que poderiam ter ação interdisciplinar em vários projetos. Além disso, verificou-se certo apagamento das universidades na formação de profissionais especializados para o trabalho junto às referidas instituições.

Considerando que a Legislação existe, os projetos de implantação de bibliotecas também existem, mas a prática é outra. Os presídios cariocas não têm ainda esse espaço para bibliotecas. O desfavor e a falta de profissionais para atuarem nessas bibliotecas desanimam. A abertura de cursos de especialização na área de biblioteconomia prisional nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro poderia resultar de parceria com os governos estadual e federal, como no caso da Universidade Federal de Santa Catarina que já implementou o curso de especialização em biblioteconomia prisional. Sem esses profissionais, o estímulo à leitura só é levado ao detento por ações culturais, religiosas e pedagógicas, mas que ficam sem o amparo da prática biblioteconômica. Muitas das penitenciárias citadas têm o detento como mediador nas supostas bibliotecas, porque sem bibliotecário não há realmente biblioteca, e sim meras salas de leituras. O espaço literário que a biblioteca representa, a historicidade e representatividade, é de grande valia, para a vida humana.

REFERÊNCIAS

AGUIRRI, Carlos. **Cárcere e Sociedade na America, 1800-1940**. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz.(Org). Historia das Prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

AQUINO, Vanessa. **De livros religiosos a Herry Potter, conheça o perfil dos presos leitores**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.correiobrasiliense.com.br>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

ATHAYDE, Celso; MVBILL; SOARES, Luis Eduardo. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BORRUCHO, Luis Guilherme. Barbosa diz que as prisões no Brasil são um inferno. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 31 jan 2014. p. 7. Disponível em: <www.jornaldacidade.net> . Acesso em: 01 ago 2013.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 02 ago 2013.

BRASIL. Lei nº 12.245 de 24 de maio de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12245.htm. Acesso em: 02 ago 2013.

CORENZA, Marcelo de Souza; MAGALHÃES, Maria da Glória de Oliveira; MASSON, Máximo Augusto Campos. **Educação prisional: objetivos, interesses, práticas e campos de saber**, [200-?]. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAXn4AH/educacao-prisional-objetivos-interesses-praticas-campos-saber>>. Acesso em: 22 de abr de 2013.

DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL. **Melhores práticas desenvolvidas no sistema prisional**. Rio de Janeiro, 2007. p.1.

DIAS, Edmundo. **Assistência religiosa em presídio ganha reforço em convênio entre Agsp e Sociedade Bíblica**. Goiânia, 2012. Disponível em: <www.sapejus.go.gov.br>. Acesso em: 06 jul 2012.

EIRAS, Bruno Duarte. **Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional**. Biblioteca Municipal de Eiras, p.5. Disponível em: <www.apbad.pt/Downloads/congresso9/com59.pdf>. Acesso em: 02 jun 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: historia da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7 ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

Internas do presídio feminino se apresentam no Atheneu. **Jornal do Dia online**, Aracaju, 21 mai. 2014. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.jornaldodiase.com/openx.>>. Acesso em: 22 maio 2014.

JOHN, Valquiria Michela. Palavras que salvam: uso e representação sobre a mídia impressa na prisão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 9, n. 2, p. 196-205, ene./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/454>>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

LEMGRUBER, Julita. **A dona das chaves**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MAIA, Clarissa Nunes. **Introdução: Historia da Historiografia nas prisões**. In: NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz.(Org). Historia das prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal**: comentário à lei 7.210 de 11 de julho de 1984. 11 ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2007.

MISCIASCI, Elizabeth. **Penitenciária Feminina Talavera Bruci-Bangu**. São Paulo, Boletim Informativo 1, p.1, 2013. Disponível em: <<http://www.resvistazap.org>>. Acesso em: 18 maio 2014.

MOREIRA, Fábio Aparecido; SILVA, Roberto da. **Ações de incentivo à leitura e formação de leitores em estabelecimentos prisionais do Brasil: Desafios e oportunidades**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/29.pdf>. Acesso em: 12 dez 2013.

NORONHA, Ceci Vilar; MACHADO, Eduardo Paes. Pelos filtros de Circe: violência, insegurança e controle social na mídia impressa. **Espacio Abierto**, v. 11, n. 4, p. 639-663, Oct./Dic., 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12211405>>. Acesso em: 12 de abr de 2014.

ROLIM, Marcos. **Relatório da II caravana nacional de direitos humanos**. 2000. Brasília: Comissão de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/caravanas/br/iicaravana.html>>. Acesso em: 15 jul 2013.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *Histórias do confinamento nas crônicas cariocas*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH . São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848016_ARQUIVO_Historiasdoconfinamentonascronicascariocas.pdf. Acesso em 05/05/2013.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. **Trabalho e conflito na casa de correção do Rio de Janeiro**. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz.(Org). Historia das Prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVA, Rodolfo Costa da. **Biblioteca prisional**: Informação e reintegração. 2012. 81f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)- Faculdade de Ciência da Infor-

mação da Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10483/3713>>. Acesso em: 22 maio 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – SNBP - **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: <http://snbp.bn.br/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>. Acesso em: 12 jul 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas; CABRAL, Maria Raimunda de Lira. **O pensamento de formandos em biblioteconomia sobre contribuição do curso em sua preparação para atuação em bibliotecas prisionais**. Revista EDICIC, Florianópolis, v.1 ,n.2, p. 1-18, abr/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>. Acesso em 03 maio 2014.

TRINDADE, L.L. Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições. 2009. 118 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)-Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/.pdf>.. Acesso em: 08 mar 2013.

UNESCO. **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras**. Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.